

A GRANDE REFORMA FINANCEIRA

por Mário Soares

1. Barack Obama, na semana passada, apresentou ao Congresso a maior reforma financeira feita nos Estados Unidos desde a grande depressão dos anos 30 do passado século. Trata-se de um Livro Branco de 85 páginas onde se propõe um conjunto de regras para regular o sistema financeiro, de modo a impedir que se repitam os erros clamorosos de um passado recente, cuja memória começa a esvaír-se - os maiores cegos são os que não querem ver - do que chamou, e bem, "uma cultura da irresponsabilidade".

Trata-se, no fundo, de um conjunto de regras que implicam "mais intervenção do Estado, mais regulação e maior protecção para os que depositam o seu dinheiro e não o querem, naturalmente, perder... O que trará, obviamente, menores benefícios para o sistema financeiro. Medidas, portanto, de regulação do sistema financeiro, conferindo à Reserva Federal - que corresponde ao Banco Central Europeu - maiores e mais estritos poderes de intervenção sobre os Bancos e o Sistema Financeiro em geral, de forma a evitar os riscos, as especulações desenfreadas e as fraudes, que também as houve (e de que volume!) e ainda os abusos com os cartões de crédito, créditos de hipotecas sobre hipotecas, etc.

Ficam, portanto, sob o controle da Reserva Federal, presidida por Ben Bernanke, "todas as entidades financeiras cuja saúde seja vital para o conjunto do sistema", de modo a que não possam contaminar, no futuro, a economia real com uma recessão planetária, como sucedeu com a crise global que nos afecta e que - diga-se - está longe de ter sido ultrapassada. Casos como os de Bear Stearns, Lehman Brothers, a AIG (grande seguradora), entre outros, não poderão repetir-se, declarou Obama, com o objectivo de recuperar a confiança perdida. Mas também insistiu, para ir ao encontro de algum criticismo que começa a manifestar-se contra o "intervencionismo excessivo do Estado" (há algumas semanas esses mesmos banqueiros estavam ainda de mãos estendidas para o Estado e chegaram a pedir que os bancos fossem nacionalizados!), o Presidente Obama declarou-se "um firme partidário da economia de mercado, como motor de prosperidade, mas com regras que impeçam a cascata de erros e a cultura do dinheiro fácil que teve as suas raízes em Wall Street e por extensão, Main Street (os cidadãos) com o consentimento de Washington" do tempo de George W. Bush, claro.

Além dos novos poderes atribuídos à Reserva Federal, a reforma de Obama cria um conselho de reguladores, presidido pelo Secretário do Tesouro, Timothy Geithner, uma Agência de Protecção aos Consumidores, um Supervisor Bancário Nacional e uma atenção especial para os Fundos de Risco e derivados e para as Agências de avaliação.

Este conjunto de importantes medidas vai agora ser examinado à lupa pelo Congresso e melhorado ou não, como se verá. Representa um passo em frente no cumprimento das promessas de Barack Obama, no plano interno. Tem opositores que acham, agora, "Estado a mais" e partidários que entendem ser pouco. Dois deles são dois prémios Nobel de Economia: Paul Krugman, num artigo no New York Times intitulado (traduzo) "Sair das Sombras"; e Joseph E. Stiglitz, num artigo transcrito no El País: "O socialismo para ricos nos Estados Unidos", em que é mais crítico e radical. Escreve, em conclusão: "Os ricos e poderosos pedem ao Governo para que os ajude, sempre que precisam e as pessoas necessitadas recebem pouca protecção social". Aí joga, penso eu, o bom senso e a habilidade de um profundo conhecedor da relação de forças, no plano interno e global, de um político de excepção como Barack Obama. Haja confiança.

2. Curiosamente, a imprensa europeia - e a portuguesa ainda menos - não deu suficiente relevo ao plano de reforma financeira apresentado pelo Presidente americano. A Europa parece ainda estar noutra. Mais ou menos parada à espera que passe a crise para que tudo fique na mesma. Não é possível.

Há ténues sinais de que a crise pode estar a bater no fundo. A segunda Vice-Presidente do Governo de Espanha, Elena Salgado, por exemplo, deu uma entrevista ao El País em que diz "que a

crise está tocando no fundo" mas acrescenta: "que o emprego tardará mais em crescer". Mais de 17% para a legislatura! "Penso - disse ele - que em 2010 ainda haverá pontos de incerteza mas que as suas previsões são menos pessimistas do que as dos analistas internacionais"...

A verdade é que a União Europeia sofre uma nunca antes vista crise de lideranças. Sarkozy, confortado com o resultado das eleições europeias - menos pelo seu mérito do que pela derrota da Esquerda - quer agora "uma Europa mais reactiva". Mas como? O Tratado de Lisboa, apesar de todas as promessas feitas à Irlanda, que o paralisou, não se vê que haja condições, a breve prazo, para o repôr em marcha. E mesmo que houvesse, parece francamente desactualizado em relação às mudanças provocadas pela crise global. Ou será isso o que querem as lideranças europeias, para que tudo continue na mesma? Olhe-se para o Japão que já deixou de ser a segunda economia mundial, situação em que esteve por várias décadas, ultrapassado pela economia chinesa. Será o exemplo que quer seguir a União Europeia?

Gordon Brown, em fim de carreira, luta pela sua sobrevivência sem querer ouvir falar de medidas concertadas, entre os Estados Europeus, para ultrapassar a crise. Curiosa situação a que está a ser conduzido o Reino Unido, que sempre sonhou "em ter um pé na América e outro na União" e que por força das circunstâncias está a afastar-se tanto da América de Barack Obama como da União, que visa encontrar uma solução concertada para a crise.

A Itália, apesar das eleições terem dado uma vitória inesperada a Berlusconi, está a entrar numa crise moral e de valores, que pode ser muito perigosa nas suas consequências. O caso das "meninas", que de início parecia um fait divers, a que Sílvio Berlusconi nos habituou, está a tomar proporções de um verdadeiro escândalo nacional inaceitável num país com o prestígio da Itália: uma espécie sofisticada de "ballets rose", pagos e organizados pelo Primeiro Ministro, na sua própria residência, para diversão dos seus convidados, ministros estrangeiros, políticos e empresários... O que pensará o Vaticano - e a Igreja italiana - que sempre apoiaram, discretamente, Berlusconi, de um tão grande desaforo moral?

Assim vai a União Europeia, num momento bem difícil da sua história. Falta democracia, escasseiam os valores, falta um projecto europeu que possa dinamizar os cidadãos europeus, como aconteceu no passado. Estarão os actuais dirigentes dos 27, tão afastados da opinião europeia, que não tenham a consciência de que estão a caminhar para a desagregação do projecto político de paz, desenvolvimento e bem-estar, mais original e fecundo do século passado?...

3. Carlos Candal. Foi com grande tristeza que tive conhecimento do falecimento de Carlos Candal, homem frontal, de uma probidade à prova de bala, socialista desde os tempos da Acção Socialista e, depois, Fundador do PS e grande promotor do Partido em Aveiro, de que sempre foi, até à sua morte, uma referência incontornável.

Conheci Carlos Candal quando foi presidente da Associação Académica de Coimbra e conservámos, desde então, uma grande amizade, que nunca teve falhas, apesar de algumas divergências tácticas, não ideológicas. Sempre o admirei. Era humanamente também uma grande figura moral e política. Cabeça de lista do PS por Aveiro, em todas as legislaturas, fomos também camaradas, como deputados ao Parlamento Europeu, entre 1999-2004.

Fumador inveterado de charutos, foi também um bon vivant, divertido, excelente companheiro, ao mesmo tempo que grande advogado e político. Deixou só um filho, também ele socialista e deputado. Era o seu grande e merecido orgulho. A sua Esposa, há muito tempo doente e sua grande preocupação, sobreviveu-lhe. Apresento-lhe - e ao Filho - as minhas muito sentidas condolências. A morte de Carlos Candal representa uma grande perda para o Partido Socialista e faz muita falta a Aveiro, onde sempre viveu.